



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Quinta Câmara Criminal

Registro: 2025.0000306009

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0000136-45.2025.8.26.0996, da Comarca de Guarulhos, em que é agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é agravado VITOR EMIDIO VIANA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 5ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento ao agravo da Justiça Pública para determinar a realização de exame criminológico, determinando o retorno do agravado ao regime semiaberto até nova decisão ser proferida, após manifestação das partes. V.U.

, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CLAUDIA FONSECA FANUCCHI (Presidente sem voto), PINHEIRO FRANCO E GERALDO WOHLERS.

São Paulo, 28 de março de 2025.

DAMIÃO COGAN
Desembargador Relator
Assinatura Eletrônica

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL nº 0000136-45.2025.8.26.0996

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVADO: VITOR EMIDIO VIANA

GUARULHOS

VOTO Nº **52.766-6**

Agravo. Deferimento de progressão ao regime aberto. Recurso do Ministério Público pretendendo seja realizado exame criminológico. Agravado reincidente, ostenta duas condenações pela prática de tráfico de drogas. Necessidade de verificar a presença do requisito subjetivo para concessão da benesse. Agravo provido.

Ingressa a Justiça Pública com o presente reclamo pretendendo reforma da r. decisão de fls. 24/25 que promoveu o agravado ao regime aberto sem a realização de exame criminológico.

Afirma ser imprescindível a aferição do critério subjetivo com a realização de exame criminológico.

Aponta que o agravado cumpre pena por tráfico ilícito de entorpecentes (crime equiparado a hediondo).

Defende que o advento da Lei nº 14.843/2024 tornou a realização de exame criminológico obrigatória.

Pleiteia seja reformada a decisão de primeiro grau, a fim de que seja determinado o retorno do agravado ao regime semiaberto e sua posterior submissão a exame criminológico, prequestionando a matéria.

Foi contraminutado o reclamo e mantida a decisão (fls. 39/61 e 62).

A douta Procuradoria de Justiça é pelo provimento do agravo (fls. 72/76).

É o relatório.

Reincidente, o agravado cumpre pena total de 07 anos de reclusão, em regime inicial fechado, por tráfico de drogas, com término de cumprimento de penas previsto para 26/01/2027. Foi progredido ao regime semiaberto em decisão proferida no dia 13/12/2022 (fls. 18/20).

Com relação à realização do exame criminológico, cumpre anotar que, embora tenha sido dada nova redação ao art. 112, da Lei de Execuções Penais, pela Lei n.º 10.792/2003, não se exigindo mais o exame criminológico, esse pode ser realizado sempre que o Juízo das Execuções julgar necessário, diante das peculiaridades da causa.

Essa E. Câmara tem entendido que o exame criminológico, mesmo antes da vigência da Lei n.º 14.843/2024, não foi abolido totalmente e é necessário quando se tratar de mais de um crime praticado com violência ou grave ameaça, ou apresente o condenado inúmeras infrações penais e ainda quando demonstre perigosidade na execução do crime acima da média.

E esse é o caso *sub judice*, já que o agravado demonstra personalidade desabonadora apontada pela reincidência, em razão da prática de dois delitos de tráfico, o primeiro com benefício da diminuição da pena e, após cumprimento dessa pena, praticou outro delito de tráfico - equiparado a hediondo - tráfico, conforme fls. 19/20, não havendo como se analisar a possibilidade da concessão de benefício relativo à execução penal sem que seja realizado o exame criminológico.

E não se vislumbra a inconstitucionalidade da Lei nº 14.843/2024 aventada pela d. Defesa.

Nesse sentido, o citado dispositivo legal ao determinar a realização do exame criminológico, concede ao magistrado os elementos necessários para que verifique a assimilação da terapêutica penal, a fim de implementar a devida individualização da pena, em conformidade com o artigo 5º, inciso XLVI, da CF/88, bem como o sistema progressivo adotado pela LEP.

É certo que o requisito subjetivo não se restringe ao atestado de comportamento carcerário, sendo necessário analisar quanto à assimilação da terapêutica penal, a fim de demonstrar comportamento satisfatório durante a execução da pena e condições pessoais que façam presumir que não voltará a delinquir.

Nesse sentido, ensina Julio Fabbrini Mirabete que “*não basta o bom comportamento carcerário para preencher o requisito subjetivo indispensável à progressão. Bom comportamento não se confunde com aptidão ou adaptação do condenado e muito menos serve como índice fiel de sua readaptação social*” (Execução Penal, ed. 9ª, 2000, p. 346).

Por óbvio que a lei de execução penal, quando exige o bom comportamento carcerário para a concessão do benefício, não restringe a análise de mérito subjetivo do sentenciado pelo Juiz levando em conta a prática de faltas disciplinares e até a forma de cometimento dos delitos, vez que todos esses elementos indicam a personalidade do sentenciado e obedecem ao princípio da individualização da pena, inclusive para não se colocar em risco demasiado a sociedade.

Vale lembrar que em sede de execução vige o princípio “*in dubio pro societate*”, e que não raras vezes somos surpreendidos com notícia de delitos bárbaros praticados por condenados reinseridos precoce e indevidamente no corpo social por intermédio da concessão de regimes de pena menos rigorosos, quando do gozo de saídas temporárias ou mesmo no regime aberto ou livramento condicional, razão pela qual é necessária cautela

na concessão de benefícios executórios.

É, pois, de ser cassada a r. decisão agravada para que seja determinada a realização de exame criminológico, determinando o retorno do agravado ao regime semiaberto até nova decisão ser proferida, após manifestação das partes.

Isso posto, **dá-se provimento ao agravo da Justiça Pública para determinar a realização de exame criminológico, determinando o retorno do agravado ao regime semiaberto até nova decisão ser proferida, após manifestação das partes.**

*José **Damião** Pinheiro Machado **Cogan***
Desembargador Relator